

Carta aberta ao povo tocantinense

A RESPONSABILIDADE COM O DINHEIRO DO POVO TOCANTINENSE É UM DOS ALICERCES DO NOVO GOVERNO. FOI POR DEMAIS DOLOROSA A MISSÃO DE PROMOVER A EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS. ESTE GOVERNO LAMENTA PROFUNDAMENTE E COMPARTILHA O SOFRIMENTO DAS FAMÍLIAS AFETADAS. PARA GERIR UM ESTADO, ENTRETANTO, CERTAS VEZES É PRECISO TOMAR DECISÕES DIFÍCEIS, MAS NECESSÁRIAS PARA QUE AS PRÓPRIAS PESSOAS SEJAM BENEFICIADAS POSTERIORMENTE. AS DEMISSÕES E O ENXUGAMENTO DO GASTO PÚBLICO SE FIZERAM EMERGENCIAIS PERANTE UMA LISTA ENORME DE IRRESPONSABILIDADES E CRIMES COMETIDOS PELA GESTÃO ANTERIOR. DESGOVERNO QUE CONTAVA COM O APOIO - QUASE TOTAL - DAQUELES QUE HOJE DIZEM REPUDIAR AS EXONERAÇÕES, MAS SÃO PARTE DISSO E PORTANTO CORRESPONSÁVEIS PELA SITUAÇÃO CAÓTICA HERDADA PELO NOVO GOVERNO, RAZÕES QUE PASSAMOS A ENUMERAR:

Servidores Públicos:

1) O não-pagamento do retroativo dos 25% ao funcionalismo em dezembro, obtidos por um acordo com o Governo anterior, o que representa um novo gasto de R\$ 2.867.491,97 (milhões) que será efetivamente honrado mensalmente por este novo Governo.

2) O não-pagamento do acordo com os policiais militares em dezembro, em um total de R\$ 1.524.079 (milhão), que também será honrado pelo novo Governo, além de novas parcelas mensais de R\$ 1,6 milhão.

3) A forma irresponsável e fraudulenta pela qual o Governo anterior empenhou pelo líquido a folha de pagamento de dezembro, ou seja, pagando apenas o salário líquido do funcionalismo e deixando de quitar as consignações que somam R\$ 62.640.000 (milhões) mais o INSS no valor de R\$ 9.190.000 (milhões). Isso caracteriza o crime de apropriação indébita. O atual Governo já liquidou essas dívidas, mas isso não exime os responsáveis de ações judiciais pelo crime cometido.

4) O não-cumprimento da determinação legal da revisão salarial, cuja data-base era em outubro,

problema herdado e já solucionado mediante negociação que será cumprida pelo novo Governo. Isso representa mais R\$ 5 milhões por mês e R\$ 20 milhões do retroativo até outubro.

Educação:

1) O irresponsável atraso de 5 meses dos recursos que deveriam ser repassados às nossas escolas, num valor total de R\$ 17.695.400,39 (milhões).

2) O atraso no pagamento do transporte escolar que já chega ao montante de R\$ 9.996.400,96 (milhões).

3) O não-pagamento da merenda escolar em dezembro, cuja dívida soma R\$ 1.328.112 (milhão).

4) O atraso generalizado da bolsa dos pioneiros-mirins que prejudica 42 mil famílias tocantinenses - algumas delas há 7 meses sem receber - enquanto rios de dinheiro eram transferidos para empreiteiros e obras, no mínimo, duvidosas.

5) A falta de compromisso e respeito aos professores em relação aos notebooks prometidos, cujo pagamento não foi efetuado à empresa fornecedora. O problema está sendo solucionado pela atual gestão, que distribuirá na

próxima segunda-feira os primeiros 3 mil notebooks ao professorado.

6) As dívidas da educação já chegam a um total de R\$ 35.153.257,34 (milhões), podendo aumentar nos próximos dias com a descoberta de novos calotes.

7) A não-reposição das carteiras e dos uniformes escolares, em uma demonstração clara do descaso com a Educação. Problemas que serão sanados pelo novo Governo, já com a entrega gratuita dos uniformes e a distribuição de milhares de carteiras para as nossas escolas.

Acordos e Convênios:

1) O atraso do pagamento de R\$ 5 milhões (valor dos últimos 2 meses) da contrapartida para a construção da ponte de Miracema resultou na desaceleração da obra e quase na perda de R\$ 30 milhões, conseguidos junto ao Governo Federal graças à atuação da nossa bancada federal. Isso obriga o Governo atual a fazer a quitação imediata para a normalização da obra, que será entregue ainda este ano.

2) A falta de respeito ao cidadão em relação à moradia. A construção de 12 mil casas populares e outros convênios foram ameaçados

pelo atraso no pagamento de R\$ 20 milhões de contrapartidas junto à CAIXA, o que novamente obriga o novo Governo a atuar emergencialmente, sob a pena da perda dos recursos.

3) O não-pagamento de R\$ 34 milhões de um programa do Banco Mundial, o que acarretaria na perda de um novo financiamento de US\$ 300 milhões (dólares). Situação que foi contornada ainda pela equipe de transição do novo Governo, sob a coordenação de Eduardo Siqueira Campos, que firmou um compromisso com o Banco Mundial de quitação das dívidas ainda este ano.

Saúde:

1) As dívidas da Saúde contabilizadas até agora já chegam a R\$ 60 milhões, entre repasses, contrapartidas e débitos com fornecedores. Falta de investimento que acarretou em sofrimento para as famílias tocantinenses, que nos últimos anos conviveram com mortes por falta de UTI, falta de medicamentos, falta de leitos e péssimo atendimento nas unidades da capital e do interior.

Como se não bastassem os crimes acima citados, tivemos ainda o conhecido cancelamento de mais de R\$ 300 milhões em

empenhos, ou seja, a completa desmoralização do Governo do Tocantins perante a milhares de fornecedores que têm hoje mais de R\$ 600 milhões para receber do Estado.

O novo secretariado se deparou ainda com inúmeros prédios de órgãos públicos com aluguéis atrasados, ameaça de despejo e até com a energia cortada. No Palácio Araguaia, não havia água potável para os servidores.

E ainda assim, sabendo de todas essas dívidas e crimes, em uma atitude absolutamente irresponsável, o Governo anterior preconizou o repasse de R\$ 250 milhões para outros Poderes para ser cumprido por esta Gestão, com base em um orçamento irreal. Como um crime premeditado para criar um conflito entre o Governo Eleito e os outros Poderes. Deixou ainda de fazer constar na lei orçamentária anual de 2011 os R\$ 48 milhões referentes às emendas, imprescindíveis para a ação parlamentar junto à sociedade tocantinense.

Ninguém em sã consciência pode afirmar que a exoneração dos comissionados - determinada pelo STF - poderia ser postergada por um só dia. O novo Governo não descansará até que cada gestor público que praticou

esses crimes sejam responsabilizados.

Como a perfeita tradução do Desgoverno que terminou em 31 de dezembro há que se apurar o que está sendo denominado a "Máfia dos Lotes", que comprometeu milhares de lotes na nossa capital em operações mais do que suspeitas.

Feitos esses esclarecimentos, entende o Governo do Estado do Tocantins que se torna compreensível a medida que fomos obrigados a tomar, amarga obrigação de uma gestão honesta, mas que se preocupa a cada minuto com o futuro e o bem estar de todos os tocantinenses. Temos a certeza, porém, que por meio de uma administração austera e eficiente e de investimentos que promoverão o aquecimento da economia, atingiremos o nosso objetivo de não ver nenhum chefe de família sem ter acesso ao emprego e assim contribuir com um Tocantins mais justo, mais próspero e mais feliz.

